

**UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA – UNOESC  
CAMPUS DE VIDEIRA  
MBA EM EXECUTIVO EM FORMAÇÃO DE CONSULTORES EMPRESARIAIS**

**CLÓVIS ALESSIO**

**DIAGNOSTICO DO DESENVOLVIMENTO SOCIO ECONOMICO DOS  
MUNICIPIOS DA 10ª SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO  
REGIONAL DE CAÇADOR - SC**

**VIDEIRA, SC  
2013**

**CLÓVIS ALESSIO**

**DIAGNOSTICO DO DESENVOLVIMENTO SOCIO ECONOMICO DOS  
MUNICIPIOS DA 10ª SECRETARIA DE ESTADO DO  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE CAÇADOR - SC**

**Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à UNOESC, como parte  
dos requisitos para obtenção do grau  
de especialista em Consultoria  
Empresarial.**

**Orientadora: Ms. Jucinei Nizer da Silva**

**VIDEIRA, SC  
2013**

**FOLHA DE APROVAÇÃO****CLÓVIS ALESSIO****DIAGNOSTICO DO DESENVOLVIMENTO SOCIO ECONOMICO  
DOS MUNICIPIOS DA 10ª SECRETARIA DE ESTADO DO  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE CAÇADOR - SC**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à UNOESC, como parte dos requisitos para obtenção do grau de especialista em Consultoria Empresarial.

Aprovado em 10/04/2013

**PROFESSORA AVALIADORA**

---

Professora Avaliadora Jucinei Nizer da Silva.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a **DEUS** pelo dom do discernimento e da sabedoria, por ter me dado de presente pessoas especiais no meu convívio.

Aos **Familiares e Amigos** pessoas que alimentam meus sonhos e minha alma me ensinam a sonhar e ser uma pessoa melhor, com valores de vivência humana e dedicação na missão de melhorar a vida das pessoas e por consequência a nossa, através do conhecimento.

Aos meus **Colegas** de MBA, especialmente aos que chegaram ao final da missão, meu carinho e agradecimento pela convivência e pelo conhecimento partilhado.

Aos **PROFESSORES** que dedicaram seu tempo e conhecimento com entusiasmo promovendo uma aprendizagem profunda.

A professora e orientadora **JUCINEI NIZER DA SILVA** pela alegria, motivação e conhecimento que tornou possível e valiosa sua orientação para este trabalho.

A todos que compartilharam essa conquista, Muito Obrigado.

## EPÍGRAFE

Se o **desenvolvimento** da civilização é tão semelhante ao do indivíduo, e se usa os mesmos meios, não teríamos o direito de diagnosticar que muitas civilizações, ou épocas culturais - talvez até a humanidade inteira - se tornaram neuróticas sob a influência do seu esforço de civilização?

*Sigmund Freud*

## RESUMO

A Região do Contestado onde estão localizados os municípios que compõem a 10ª Secretaria de Desenvolvimento Regional de Caçador no Estado de Santa Catarina, por mais de um século sua história complexa parece interagir com sua expansão, em velocidade e semelhança. O enigma que a Guerra do Contestado deixou no desenvolvimento sócio econômico incrustado na cultura das pessoas é algo intransponível nas justificativas sobre o assunto. Esse trabalho busca diagnosticar, analisar, criar e apresentar outro cenário para os municípios alvo da pesquisa, mais positivo, mais empreendedor, e estruturado em dados concretos, projetos possíveis e planejamentos executáveis. Uma região só terá sua independência econômica se pensar seu desenvolvimento em conjunto, todos os municípios com suas características produtivas e suas vocações culturais reunidas com um objetivo comum que é o de crescer e se desenvolver, sozinhos cada vez será maior as diferenças de IDH, e as soluções serão apenas pauta de campanhas políticas, sem projeto. Outro aspecto essencial para um projeto com envergadura regional é a atitude e o comportamento das pessoas que desejam mudar essa situação, é preciso liderança comprometida, sem alienação, e mobilização social participativa para transformar o sonho baseado em uma realidade desafiadora em projeto e ações que deem respostas fidedignas. O foco principal desse estudo é propor a implantação de um projeto único de desenvolvimento regional para os sete municípios que fazem parte da 10ª SDR de Caçador – SC, a fim de implantar ações nos quatro pilares da economia, agricultura, indústria, serviços e comércio, garantindo assim o emprego e renda, desenvolvimento social, melhoramento na qualidade de vida, na educação, saúde e no desenvolvimento econômico.

Palavras-chaves: Desenvolvimento Sócio Econômico. Projetos. Planejamento. Qualidade de vida. Desenvolvimento Regional. Municípios da 10ª SDR de Caçador.

## ABSTRACT

The Disputed region where are located the municipalities that make up the 10th Regional Development secretariat of Hunter in the State of Santa Catarina, for more than a century their complex history seems to interact with its expansion, in speed and likeness. The puzzle the Contestado War left in the socio economical seen penetrating in the culture of the people is something insurmountable in justifications about the subject. This work seeks to diagnose, analyze, create, and present another scenario for the municipalities search target, more positive, more enterprising, and structured in hard data, possible projects and executable plans. A region will only have their economic independence if think your development, all municipalities with productive characteristics and its cultural vocations reunited with a common goal which is to grow and develop, alone at a time will be greater differences in HDI, and the solutions will be just political campaigns, without tariff project. Another essential aspect to a major regional project is the attitude and the behavior of people who wish to change this situation, we need committed leadership, without alienation, and participatory social mobilization to turn the dream into a reality based challenging in design and actions that give reliable answers. The main focus of this study is to propose the establishment of a single regional development project to the seven municipalities that are part of SDR Hunter 10th-SC, in order to implement actions in the four pillars of the economy, agriculture, industry, services and trade guaranteeing employment and income, social development, improvement in quality of life, education, health and economic development.

Keywords: Socio Economic Development. Projects. Planning. Quality of life. Regional Development. Municipalities of 10th SDR Hunter.

## SUMÁRIO

<b>1 – INTRODUÇÃO</b> .....	9
1.2 – Objetivo.....	16
1.3 – Objetivos específicos.....	16
<b>2 – DESENVOLVIMENTO SOCIO ECONOMICO</b> .....	17
2.1 – Desenvolvimento.....	17
2.2 – Desenvolvimento Econômico.....	21
2.2.1 – Desenvolvimento Exogene.....	24
2.2.2 – Desenvolvimento Endogeno.....	25
2.3 – Desenvolvimento Social.....	26
2.3.1 - Índice de Desenvolvimento Humano - IDH.....	28
2.4 – Desenvolvimento Econômico Regional.....	29
<b>3 – ASPECTOS ECONOMICOS E SOCIAIS DOS MUNICIPIOS</b> .....	34
3.1 – Municípios de Caçador.....	34
3.2 – Municípios de Calmon.....	40
3.3 – Municípios de Macieira.....	41
3.4 – Municípios de Matos Costa.....	43
3.5 – Municípios de Lebon Régis.....	45
3.6 – Municípios de Rio das Antas.....	47
3.7 – Municípios de Timbó Grande .....	50
<b>4 – METODOLOGIA</b> .....	53
4.1 – Delimitação da Pesquisa.....	53
<b>5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	54
<b>6 – REFERENCIAS</b> .....	57

## 1 INTRODUÇÃO

A região onde esta localizada a 10ª SRD (Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional) de Caçador, no Estado de Santa Catarina, é palco de muitos contrastes econômicos, sociais e culturais. Iniciou com a implantação da rede ferroviária no século XX (1909 a 1912), e por consequência do acontecimento da Guerra do Contestado que vitimou aproximadamente seis mil pessoas.

As informações coletadas no decorrer deste trabalho foram extraídas de fontes fidedignas e de acesso público junto a órgãos federais, estaduais e municipais. Além da coleta dos dados, houve a preocupação em realizar-se uma análise dos mesmos, fazendo um comparativo do município com outras referências, mapeando, assim, cada localidade de acordo com sua evolução.

A pesquisa está estruturada em cinco capítulos, que analisam o desenvolvimento sócio econômico dos municípios da 10ª Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Caçador, em diversos aspectos, de acordo com a introdução, desenvolvimento sócio econômico, aspectos sociais e econômicos e, por último, as sugestões e desafios.

As informações ora apresentadas não exaurem a possibilidade da utilização de novos indicadores, contudo, reproduzem uma base de conhecimento considerada essencial para os cidadãos formarem uma ideia do cenário atual da região e direcionarem suas tomadas de decisões.

O cenário econômico e social de uma região necessita de um planejamento, uma direção, inovar e se reinventar para continuar oferecendo qualidade de vida a sua população.

Os sete municípios que compõem a 10ª SDR de Caçador, objeto desse estudo estão inseridos dentro da Região do Contestado como é conhecida, palco de muitos acontecimentos que ainda hoje ecoam sobre seus habitantes e suas vidas.

A atual região oeste dos estados de Santa Catarina e do Paraná era reivindicada pela Argentina, supostamente com base no Tratado de Madrid, de 1750. O presidente estadunidense Grover Cleveland, escolhido para arbitrar a questão, deu laudo inteiramente favorável ao Brasil em 05 de fevereiro de 1895, após analisar valiosa documentação reunida por José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco.

Delimitada a fronteira Brasil - Argentina no Tratado de 1898, o governo da então jovem República do Brasil, para firmar a posse de suas novas terras, leva a cabo os planos para uma ligação ferroviária entre os estados de São Paulo e do Rio Grande do Sul e ao Uruguay pelo interior. Os estados brasileiros de Santa Catarina e do Paraná passaram a disputar a região, cujo coração ficava na atual Caçador.

Em 1910, quando da chegada das turmas de construção do trecho Porto União - Marcelino Ramos da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande do Sul à região, a divisa entre os estados de Santa Catarina e do Paraná passava pelo rio do Peixe. Rio Caçador era o nome da estação ferroviária original, localizada no km 133 deste trecho à margem esquerda do rio do Peixe, em território catarinense.

Estes trechos, com obras vagarosas até 1908, foram incorporados pelo truste do norte-americano Percival Farquhar, que comprou a concessão federal e havia constituído a holding Brazil Railway Company. Em pagamento, além da garantia de juros pelo capital investido, a Companhia Estrada de Ferro São Paulo Rio-Grande, que rasgou o Contestado com os trilhos – em forma de cruz – de 1908 a dezembro de 1910, teve o direito de receber terras devolutas, destinadas à colonização com imigrantes, revoltando a população sertaneja local, que ficou impedida de requerer posse. Para piorar o quadro, milhares de trabalhadores trazidos de várias partes do país pela empresa, despedidos das obras entre 1911 e 1912, se embrenharam no sertão.

Atraído pela riqueza florestal da região contestada, cortada vertical e horizontalmente pelas ferrovias, o mesmo Sindicato Farquhar tratou de promover a instalação de uma serraria monumental, a Southern Brazil Lumber & Colonization, com a primeira unidade em Calmon (1908) e, logo depois, em Três Barras (1912). De paranaenses, a empresa adquiriu milhares de hectares de terras, cobertas pela Floresta da Araucária, utilizando métodos que foram considerados fraudulentos, pois, parte dos títulos expedidos pelo Paraná continham registros em duplicata em Santa Catarina, isso porque ambos transferiam imóveis como terrenos devolutos a fazendeiros-coronéis, políticos que usufruíam as benesses do poder em cada Estado.

Junto aos trilhos chegaram à região também a ganância e a exploração.

A contestação da doação das terras ao longo da estrada-de-ferro, feita, às custas dos agricultores que as habitavam, pelo jovem governo republicano do Brasil aos madeireiros e à Southern Brazil Lumber & Colonization Company, junto à pífia presença do poder público na região e ao fanatismo religioso, resultou num conflito armado conhecido como Guerra do Contestado. Entre outubro de 1912 a agosto de 1916, a guerra civil destruiu quase tudo o que havia de mais ou menos organizado na região, com incêndios de lugarejos inteiros.

Nesta época Caçador fazia parte do distrito de Rio das Antas, município de Campos Novos. Rio das Antas era um núcleo de colonização planejado pela Brazil Railway Company, para o qual vieram muitos colonos teuto-brasileiros oriundos do litoral de Santa Catarina.

A Guerra do Contestado foi o evento bélico mais importante da História de Santa Catarina, envolvendo a população sertaneja de um lado e forças militares nacionais e estaduais do outro.

O evento, que aconteceu em terras administradas por Santa Catarina e leste do Rio do Peixe, é definido por estudiosos como “insurreição xucra” ou “guerra civil”; para religiosos, ocorreu uma “rebelião de fanáticos”; para sociólogos, houve um “conflito social”; para antropólogos, foi um “movimento messiânico”; para políticos, uma tentativa de desestabilização das oligarquias; para administradores públicos, aconteceu uma “questão de limites”; para militares, tratou-se de uma “campanha militar”; para socialistas, aconteceu uma “luta pela terra”. Entretanto, para historiadores regionais da atualidade, a Guerra do Contestado foi tudo isso simultaneamente.

A formatação histórica do Contestado é ímpar. Não há uma motivação única, com início, meio e fim, para caracterizar o fato. Nesta proposição, transcorridos 90 anos, o evento é entendido como a insurreição do sertanejo catarinense, provocada pelo avanço do capitalismo na região, influenciada pela construção da ferrovia, pela ação danosa da madeireira Lumber Company, pela questão de limites entre Paraná e Santa Catarina, pelo jogo de interesses entre fazendeiros e políticos, pelo misticismo que havia entre os caboclos, pela estratificação social e sistemas de vida da época, pela posse da terra, pelo messianismo e pela índole guerreira dos sertanejos. Como evento complexo, tem-se que este conflito eclodiu coincidentemente em tempo e espaço, na junção de motivações sociais, econômicas, políticas, religiosas e culturais, não podendo mais ser analisado e discutido sob um único prisma ou tomado isoladamente por apenas um destes fatores.

Dissolvida a expedição do General Setembrino em abril, nos meses que se seguiram, até dezembro de 1915, as remanescentes forças militares do Exército e da Polícia de Santa Catarina realizaram a chamada “Operação Varredura”, destinada a caçar e eliminar todos os sobreviventes caboclos que haviam liderado piquetes ou se destacado nos combates. Ficaram famosos os fuzilamentos coletivos ocorridos em Perdizinhas e em Butiá Verde, com os cadáveres sendo queimados em meio a grimpas de pinheiros e sepultados entre cercas de taipas de pedras. Com a prisão de Adeodato Ramos, em janeiro de 1916, sem mais liderança, pouco restou dos grupos rebeldes.

Ao final do conflito, levantaram-se oficialmente as baixas nos efetivos legalistas militares e civis: de 800 a 1.000, entre mortos, feridos e desertores. Por outro lado, estimaram-se as baixas na população civil revoltada: de 5.000 a 8.000, entre mortos, feridos e desaparecidos. O custo da Guerra do Contestado para a União foi de cerca de Rs.3.000:000\$000, mais os soldos militares. Com a vitória, quem mais ganhou com o conflito foi o Exército Brasileiro que, vindo de desgastes anteriores desde a Guerra do Paraguai, Campanha de Canudos e participações desarticuladas, desorganizadas e desastrosas nas intervenções em diversos Estados da incipiente República, passou a se apresentar como uma organização nacionalista, sólida e responsável, digno de respeito, assim abrindo caminho para – conforme a pregação de Olavo Bilac – a instituição do Serviço Militar no Brasil.

Cessados os combates na região, em agosto de 1916, no Rio de Janeiro, os governadores do Paraná e de Santa Catarina assinaram um “Acordo de Limites”, dividindo entre si o Território Contestado. Com isso, após a homologação do documento pelos legislativos estaduais, os catarinenses assumiram de fato a administração das terras ao Sul dos rios Negro e Iguaçu, nos vales dos rios Timbó, Timbozinho, Paciência e Canoinhas e a Oeste do Rio do Peixe. Em 19 de janeiro de 1918, a União anistiou todos os envolvidos. A Guerra do Contestado começaria a entrar para a História do Brasil do Século XX.

O Estado de Santa Catarina encontrou muitas dificuldades para desencadear seu plano de povoamento nas terras que lhe foram anexadas por força do acordo, à vista da sobreposição de títulos sobre as glebas demarcadas e destinadas à colonização. Como grande parte dos imóveis haviam sido legitimados pelo Paraná, antes de 1916, Parte do piquete civil de Pedro Ruivo, formado por caboclos catarinenses e paranaenses, considerados “peludos”, a serviço do Exército, num momento de desconcentração, antes de entrar em combate na região do Timbó.

tanto à Companhia EFSPRG como a fazendeiros e a especuladores paranaenses, as questões foram levadas aos tribunais. O Governo Catarinense perdeu todas as ações judiciais movidas contra a Cia. Estrada de Ferro São Paulo Rio-Grande.

O Governo estadual escolheu como sistema de colonização do Território Contestado a cessão de imensas glebas a particulares, preferencialmente àqueles que compartilhavam o poder político e se propunham à abertura de estradas, titulando lhes, em parte, as mesmas terras que o Paraná havia concedido à EFSPRG. As ligações rodoviárias foram eleitas como de fundamental importância para a integração catarinense. A década de 1920 marcaria o início da introdução da modernidade, da efetiva ocupação e do desenvolvimento do Planalto Catarinense, integrando o sertão à faixa litorânea. Entre outros resultados, sobressaíram-se a indústria madeireira e o modelo agrícola mini fundiário e policultor, que gerou a agroindústria. Efetivamente, o desenvolvimento econômico na Região do Contestado começou quando da chegada das primeiras levas de imigrantes europeus, alemães, italianos, poloneses e ucranianos, e de descendentes de imigrantes, na maioria ítalo-brasileiros e teuto-brasileiros, que vieram tanto para explorar a floresta, em latifúndios, implantando a indústria da madeira, como trabalhar na agricultura, em minifúndios. As propriedades destinadas à colonização foram divididas em colônias e, em pouco tempo, os núcleos coloniais transformaram-se em povoados. No Setor Ocidental da Região do Contestado, ao longo do Vale do Rio do Peixe, estes núcleos, mais os antigos arraiais, prosperaram, com o que surgiram novas vilas, algumas delas que se elevaram à categoria de cidades, como Caçador, num primeiro momento, e Rio das Antas. Destes, mais tarde, nasceram Macieira.

Já Matos Costa surgiu nos antigos Campos de São João, e Calmon nos Campos de São Roque. Enquanto que Lebon Régis e Timbó Grande foram as primeiras cidades na Serra do Espigão.

Para a posteridade, o Homem do Contestado legou a Santa Catarina uma herança cultural que inclui: uma lição de valentia e de bravura, não se submetendo à tirania e à opressão, preferindo lutar e morrer tentando ser livre; a consolidação do exemplar regime de minifúndios policultores, provando a todos a possibilidade de, mesmo pequeno, ser grande; o nobre sentimento de defesa de seu patrimônio ambiental, desde quando o equilíbrio ecológico passou a ser ameaçado pela devastação; finalmente, uma contribuição ímpar na descoberta de caminhos para levar os catarinenses a conquistar a sua cidadania através da ação comunitária.

Com a chegada dos trilhos e o tráfego dos primeiros trens, a região de Caçador foi integrada em definitivo ao resto do território brasileiro. Não tardou e, em um movimento de imigração interna, novos moradores, vindos de cidades vizinhas e, principalmente, das colônias italianas do Rio Grande do Sul, passaram a intensificar a colonização de Caçador. Estes novos moradores tinham em sua maioria ascendência européia, com uma dominância de italianos, alemães e eslavos, mas havia também muitos sírio-libaneses.

Um número significativo de pessoas, integrantes das turmas de construção da estrada de ferro, não retornou a suas regiões de origem, vindo a estabelecer-se também nas incipientes aglomerações urbanas ao redor das estações ao longo da ferrovia em toda a região.

A partir daí a região foi reabitada com a divisão das terras se constituindo de grandes áreas para cada proprietário.

Desde o início da colonização a exploração da madeira era a principal atividade econômica, que com o tempo, e por vários motivos perdeu espaço econômico. Desta forma a região sofreu um impacto social e precisou se reinventar no desenvolvimento para continuar a crescer e a oferecer emprego e qualidade de vida para sua população.

Esse trabalho tem por finalidade oferecer subsídios teóricos levantados em uma pesquisa nos municípios que compõem a 10ª SDR de Caçador identificando dados sócios econômicos e sociais, nos setores da

Agricultura, Indústria, Comércio e Serviços, bem como seus valores históricos que definiram o caminho até aqui. O objetivo maior é disponibilizar esses dados para as respectivas prefeituras, Governo do Estado e para as organizações empresariais a fim de auxiliá-los nas tomadas de decisões dos investimentos ou em novos projetos que venham a ser desenvolvidos na região.

O estudo quantitativo, com pesquisa bibliográfica, de campo e documental, levantou dados da realidade de cada município, analisa e sugere soluções baseadas nas características ou na vocação produtiva de cada um. Esse estudo servirá para desenvolver um possível plano conjunto entre os sete municípios, Caçador, Lebon Regis, Matos Costa, Calmon, Rio das Antas, Macieira e Timbó Grande.

Esta seção apresenta uma visão geral histórica dos municípios da 10ª SDR de Caçador sobre o ponto de vista de seus aspectos econômicos e sociais.

### **1.1 – OBJETIVO**

Diagnosticar o desenvolvimento sócio econômico dos municípios da 10ª SDR de Caçador – SC.

### **1.2 - OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

Levantar os dados da realidade de cada município, analisar e sugerir soluções baseadas nas características ou na vocação produtiva de cada um;

Apurar os dados nos quatro pilares da economia: Agricultura, Indústria, Comércio e Serviços;

Diagnosticar a realidade e propor sugestões alternativas de desenvolvimento sócio econômico.

## **2 - DESENVOLVIMENTO SÓCIO ECONÔMICO**

As ações e estratégias para projetos e atitudes que mudem um lugar, uma região, que conduzam ao desenvolvimento, são tão complexas e divergentes, quanto às diversas teorias de vários autores que tratam do desenvolvimento sobre o assunto.

Regiões abrigam interesses políticos e culturais diferentes, desta forma compõe-se uma barreira natural de aproximação entre municípios ou comunidade para se transformar em uma região bem sucedida.

Não podemos, no entanto, negar que não existam bons exemplos de Desenvolvimento Regional, basta observar atentamente no Brasil ou em outros países.

Esse trabalho busca compor um diagnóstico especificamente de uma região que de certa forma em um cenário maior não se encaixa onde esta localizada, pela sua cultura e sua história.

Desta forma, dentre os diversos autores estudados podemos observar as dificuldades que permeiam o estudo do tema, por alguns, tratado como polos e para outra região, tanto um como outro título é sempre importante salientar a escassez de estudos e trabalhos realizados sobre o tema. Ao mesmo tempo destacar a necessidade de se estudar o tema desenvolvimento regional.

Essa importância se faz essencial atualmente onde a globalização aplainou o mundo através das facilidades da informação e do conhecimento, assim valorizar as características regionais e definir pontos em comuns para crescer, para competir e sobreviver. Formar blocos de municípios com características semelhantes com estratégias regionais é necessário para ser sustentável.

### **2.1 – DESENVOLVIMENTO**

Desenvolvimento é um tema abrangente que pode ser usado para descrever diversas atividades ou ações, assim como seu entendimento é diversificado, trazendo uma riqueza de detalhes ao seu entorno.

Para Bresser Pereira (1986), o desenvolvimento econômico de um país ou estados-nação é o processo de acumulação de capital e incorporação de progresso técnico ao trabalho e ao capital que leva ao aumento da produtividade, dos salários, e do padrão médio de vida da população. A medida mais geral de desenvolvimento econômico é a do aumento da renda por habitante porque esta mede aproximadamente o aumento geral da produtividade. O aumento da produtividade ou da produção por trabalhador ocorre tanto na produção dos mesmos bens através da redução sistemática da quantidade de trabalho simples utilizado, quanto através da transferência da mão-de-obra para setores com maior conteúdo tecnológico ou maior valor adicionado per capita.

Ou seja, o crescimento se dá quando a economia cresce, mensurado pelo PIB (Produto Interno Bruto) em relação ao ano anterior.

Já o desenvolvimento é quando passa a dominar tecnologias, modernizar suas indústrias, agregar conhecimento ao seu povo, e estrutura melhor o lugar ou país.

Assim sendo em um cenário de avaliação profunda desenvolvimento e crescimentos andam juntos, isto é, não há crescimento sem desenvolvimento como um todo e vice versa.

Schumpeter (1911) foi o primeiro economista a assinalar esse fato, quando afirmou que o desenvolvimento econômico implica transformações estruturais do sistema econômico que o simples crescimento da renda per capita não assegura. Schumpeter usou essa distinção para salientar a ausência de lucro econômico no fluxo circular onde no máximo ocorreria crescimento, e para mostrar a importância da inovação, ou seja, de investimento com incorporação do progresso técnico no verdadeiro processo de desenvolvimento econômico.

Desta forma Bresser Pereira (1986) faz a seguinte definição distinguir crescimento de desenvolvimento econômico no plano histórico só faz sentido a

partir de uma perspectiva teórica que supõe possível e frequente o aumento da renda per capita sem mudanças profundas na sociedade, quando isso só pode ocorrer em situações muito particulares. Nas situações normais, as mudanças tecnológicas e de divisão do trabalho que ocorrem com o aumento da produtividade são acompanhadas por mudanças no plano das instituições, da cultura, e das próprias estruturas básicas da sociedade.

Quando pensamos em desenvolvimento logo vem em nossa mente uma ação, e é exatamente isso, um ato ou efeito de desenvolver que o dicionário web afirma ser, ao mesmo tempo em que enfatiza o crescimento e ampliação.

E bom entendermos também que a definição pode ser utilizada, por exemplo, na matemática com a efetuação de um cálculo, ou em economia com o crescimento global de um país, de uma região etc. um processo de desenvolvimento autossustentado, modelo de crescimento socioeconômico que não agride o equilíbrio ecológico, como define o Dicionário online da língua portuguesa.

Para facilitar a compreensão sobre Desenvolvimento Regional é necessário aprofundar e desvendar o significado do desenvolvimento, como direcionamento para soluções na tomada de decisões.

Algumas teorias chamam a atenção pela sua perspicácia na definição de polos de crescimento como o trabalho de Perroux (1977), que entende o crescimento de uma economia como resultado da presença de empresas motrizes, que dinamizam a atividade econômica, gerando externalidades positivas para toda a região. Já outros autores como Santos (2003), uma região que busca o desenvolvimento através de polos de crescimento cria dois circuitos distintos: o superior, que é resultado direto da modernização tecnológica; e o inferior, que é relativamente mais pobre que o circuito superior, tendo uma maior marginalização da sociedade.

Porém, as indústrias consideradas inovadoras, que são a chave da criação de um polo de crescimento, não são dinâmicas como afirma Perroux (1977), pois elas são incapazes de oferecer empregos suficientes para criar um ambiente de desenvolvimento em toda uma região e até mesmo de uma pequena localidade. Caso esse da Região do Contestado, que iniciou seu ciclo de desenvolvimento com uma empresa moderna e atual para o início do século XIX, como exemplo de empresa motriz... a Brazil Compani.

Quando falamos em desenvolvimento e crescimento automaticamente nos remete ao mensurador mais conhecido da qualidade de vida de uma população o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), faz-se necessário abordar tal cenário porque como a região do Contestado, por volta de 1910 teve um cenário de crescimento, o Brasil também na década de 70, durante alguns anos cresceu a taxas superiores a 8% ao ano, comparadas com a atualidade seria algo maior que o crescimento Chinês. Mesmo o país crescendo a população brasileira em sua grande parte não desfrutaram dos ganhos econômicos, não houve melhoria na condição de vida, de educação, de saúde etc, mesmo fenômeno aconteceu com a exploração da madeira e suas indústrias na região da 10ª SDR o que permanece até a atualidade de certa forma.

Atualmente o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é o critério mais utilizado para comparar o desenvolvimento de diferentes economias. O IDH varia entre 0 a 1. Onde os países que se aproximam de zero indicam nível alto de pobreza e vulnerabilidade social, e de um, uma melhor qualidade de vida e riqueza.

Por outro lado é bom salientar que só o crescimento do PIB não garante desenvolvimento.

A logica visualizada na época perpetuou por muitos anos, de que era preciso crescer e acumular para depois repartir, essa segunda parte ainda não aconteceu.

O fato é que uma nação, uma região uma população não pode ser dependente de um seguimento de atividade econômica para se desenvolver, é preciso diversificar para vários setores e agregar capital intangível para melhorar a vida das pessoas e por consequência seu IDH.

Ao fazer comparação entre desenvolvimento e crescimento econômico, Kindleberger (1967) afirma que enquanto o desenvolvimento econômico significa maior produção, enquanto desenvolvimento econômico implica em maior produção e mudanças nas disposições técnicas e institucionais, pelas quais se chega a esta produção. O crescimento pode implicar, não só em maior produção, como também em mais insumos e maiores eficiência, isto é um aumento no produto, por unidade de tempo. O desenvolvimento vai mais além, significando mudanças na estrutura da produção e na alocação de insumos, por setores. Numa analogia com o ser humano, enfatizar o crescimento significa focalizar a altura e o peso, enquanto explicar o desenvolvimento é dirigir a atenção para a capacidade funcional, para a coordenação motora, por exemplo, ou para a capacidade de aprender.

Resumidamente isso indica uma distinção entre crescimento e desenvolvimento econômico, onde desenvolvimento são os ganhos do crescimento que devem ser distribuídos igualmente para todos, de acordo com suas especificidades.

## **2.2 – DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

O Desenvolvimento Econômico consiste em um processo de enriquecimento de municípios, Estados ou Países, assim como de seus habitantes, ou seja, na acumulação de ativos individuais ou públicos e também de um crescimento da produção nacional e pela remuneração recebida pelos que participam da atividade econômica.

Para entender melhor o significado de desenvolvimento econômico recorreremos a analogia descrita no livro de COWEN, M. P. e SHENTON, R.W. (1996), quando uma semente se torna uma planta adulta está exercendo um

potencial genético, em outras palavras, está desenvolvendo-se. Quando qualificado pelo adjetivo econômico, refere-se ao processo de produção de riqueza material a partir do potencial dado pela disponibilidade de recursos humanos e naturais e uso de tecnologia. No campo crítico da economia, a palavra desenvolvimento vem normalmente acompanhada da palavra capitalista para mostrar que o desenvolvimento refere-se ao todo social.

Assim se aceita que o desenvolvimento deve ter como efeito melhorar a vida das pessoas (Desenvolvimento Humano), de todas as pessoas (Desenvolvimento Social), das que estão vivas atualmente e das que viverão no futuro (Desenvolvimento Sustentável), definindo assim os três aspectos mais importantes do desenvolvimento.

Para acontecer o processo de desenvolvimento econômico são necessário ajustes institucionais, fiscais e jurídicos, bem como incentivos para inovações e investimentos, assim como fornecer condições para um sistema eficiente de produção e distribuição de bens e serviços à população, sem comprometer os recursos naturais.

Para HEWLETT (1981) o desenvolvimento econômico é usualmente definido como um aumento significativo na renda real percapita de uma nação. Seu propósito fundamental é a obtenção de melhor alimentação, melhor saúde, melhor educação, melhores condições de vida e uma gama cada vez mais ampla de oportunidades de trabalho e de lazer para as pessoas dessa nação. Em essência, desenvolvimento significa a transformação das estruturas econômicas da sociedade a fim de se atingir um novo nível de capacidade produtiva. Isto por seu turno, requer níveis sem precedentes de poupança e de investimento.

O desenvolvimento econômico só ocorre com o crescimento do capital humano, habilidades, conhecimentos e competências das populações, com o crescimento do capital social, conjunto de valores ou normas informais, comuns aos membros de um grupo, que permitem a cooperação entre eles.

Na área de gestão é necessária a conquista da boa governança relacionada com a capacidade gerencial da administração pública, com a capacidade da sociedade de construir canais de participação na gestão estatal, com os níveis de representatividade, legitimidade e confiança dos governos, com sua capacidade de prestar contas e com transparência.

Outro aspecto essencial é a organização do crescimento do capital empresarial, capacidade de grupo social se organizar para empreender, gerando renda e melhorando a qualidade de vida da população local. E não menos importante o uso sustentável do capital natural, o “sustentável” representa o desafio de buscar a satisfação das carências atuais sem comprometer a capacidade de satisfação das carências futuras desta geração ou das gerações futuras, no uso dos recursos naturais materiais ou energéticas: água, ar, combustíveis, minérios, etc.

Não podemos esquecer os fatores determinantes, ou não, no desenvolvimento econômico, como a oferta de Recursos Naturais Disponíveis, água, energia elétrica, espaço físico. Os Recursos Humanos Capacitados, qualificação e capacitação de mão-de-obra. A Infraestrutura urbanística e habitacional adequados, bairros definidos e loteamentos novos com toda infraestrutura de apoio e serviços. Outra variável determinante é a infraestrutura viária e de escoamento da produção adequados, ruas, avenidas, estradas e rodovias vicinais, rodovias intermunicipais duplicadas, aeroporto, inclusive a infraestrutura de transportes adequados, transporte urbano, intermunicipal e serviços de táxis e mototáxis. Além disso, tecnologia da Informação, adequação das redes de telefonia e internet. Infraestrutura de educação e saúde adequados, escolas, salas de aula e profissionais de educação; consultórios, leitos hospitalares e profissionais da saúde em número condizente com a população.

Outro fator a ser observado é a infraestrutura de comércio e serviços, na alimentação, hotelaria, turismo, agências bancárias, prestação de serviços.

Baldwin (1979) afirma que o desenvolvimento econômico é uma decorrência direta e imediata do crescimento econômico nacional quando se expressa dizendo que a economia do desenvolvimento é o estudo do relacionamento econômico-chave, que determina os níveis e taxas de crescimento da renda percapita nas nações menos desenvolvidas.

Em suma desenvolvimento econômico acontece quando a renda de uma economia cresce durante período, expressada pelo PIB. O processo de crescimento varia dependendo das condições, porém o resultado é sempre o crescimento do produto de uma economia.

### **2.2.1 - Desenvolvimento Exógeno.**

Uma das maiores dificuldades de certas regiões é identificar valores para serem aplicados em projetos de desenvolvimento.

Existem muitas formas e fontes de financiamentos que visam investir em lugares vulneráveis sociais e econômicos.

Essa modalidade de busca de recursos para o desenvolvimento é chamado de exógeno, isto é, investimentos oriundos de fora da região.

Acontece principalmente através da instalação de empresas cuja matriz não é na região, ou investimento de instituições, ou de governos.

Mas o mais comum são empresas de porte médio e grande, que se instalam em função de algum atrativo que a região oferece, seja por razões logísticas, ou pela disponibilidade local de recursos humanos habilitados ou outras razões.

Trazendo uma cultura empresarial diferenciada que pode contribuir ao enriquecimento cultural dos recursos humanos locais.

As formas de estimular investimentos e ações em diversas frentes, de fora da região, são várias, como por exemplo, a boa qualidade de vida local, segurança, saúde, educação, habitação. A legislação municipal que privilegie o desenvolvimento, portanto sem excesso de restrições legais desnecessárias e sem muita burocracia, para implantação e operação do empreendimento.

### **2.2.2 - Desenvolvimento Endógeno**

Outro fator essencial para o crescimento e desenvolvimento de uma região são suas forças de alavancar o processo empreendedor, econômico e de posicionamento positivo. O ponto de partida desse processo é conhecer seus pontos fortes e sua base socioeconômica, preparar os processos, leis e estrutura burocrática para favorecer quem interesse em crescer. O próximo passo é identificar empreendedores iniciantes ou não que desejam realizar, deixar sua marca e fazer a diferença na sua comunidade e oferecer como incentivo essa estrutura empreendedora.

Esse processo todo de desenvolvimento feito com recursos oriundos da própria região é chamado de desenvolvimento endógeno. Onde as empresas são mais comumente empreendedores individuais, pequenas e micros. São fortes geradores de empregos em relação ao capital investido quando comparado com as empresas de maior porte e os recursos necessários para atrair. Desenvolvem-se de forma coerente com a cultura empresarial local e com o perfil dos recursos humanos locais, são conhecedores das características da comunidade, possuem maior comprometimento, assim diminuem os riscos de fechar.

Porem o maior desafio do desenvolvimento endógeno é incutir o espírito empreendedor nos cidadãos, isto é, promover o empreendedorismo, viabilizar as incubadoras de empresas, articular os arranjos sócio produtivos mais adequado, oferecer possibilidades de capacitação empresarial, gerencial e tecnológico, desenvolver APLs (“clusters”) locais, auxiliar no acesso ao crédito ou microcrédito, desenvolver procedimentos como o DLIS (Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável) e realizar parcerias.

É importante salientar que quando se diz “local” é entendido aqui como qualquer recorte sócio territorial delimitado a partir de uma característica eletiva definidora de identidade, como localidades de uma mesma micro bacia ou comunidades de uma região serrana, característica econômica, cadeia produtiva, étnica cultural ou uma característica político territorial, exemplo municípios de uma região, como é o caso dos municípios da 10ª SDR de Caçador.

### **2.3 – DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

Desenvolvimento social é muitas vezes confundido com responsabilidade social, que de fato são duas questões diferentes de se aplicar e processar junto as pessoas.

Desenvolvimento social acontece quando um grupo de pessoas, uma região, um lugar prospera em conjunto, onde todos são beneficiados, independente da forma. Geralmente observado com políticas de incentivos empresariais e sociais aplicadas em municípios ou regiões.

Responsabilidade social é, principalmente e antes de tudo, responsabilidade das comunidades, do cidadão e de suas organizações.

Responsabilidade social é responsabilidade pelo desenvolvimento social. Essa responsabilidade é dos governos em todos os níveis, das empresas e das organizações da nova sociedade civil, ou seja, de todos os setores da sociedade. É possível mostrar que, em última instância, a responsabilidade social é uma responsabilidade política com o desenvolvimento social e que tanto governos, quanto empresas e organizações do terceiro setor são igualmente sujeitos da responsabilidade social.

Desenvolvimento social consiste na evolução dos componentes da sociedade a valorização do intangível, o capital humano, e na maneira como

estes se relacionam os capitais tangíveis. Só ocorre quando se estabelece políticas que aperfeiçoem a forma como os componentes de um conjunto interagem entre si e com o meio externo.

Diferente do desenvolvimento econômico, Augusto de Franco nos diz que o desenvolvimento social só ocorre se todos os componentes da sociedade forem beneficiados. Desta forma, uma determinada comunidade pode crescer economicamente sem que isso represente um desenvolvimento social.

Para Augusto de Franco, todo Desenvolvimento é Desenvolvimento Social, e acrescenta que não há desenvolvimento sem que se altere tanto o capital social quanto o humano.

Desenvolvimento é um movimento para melhorar a vida das pessoas, de todas as pessoas, das que vivem hoje e das que viverão amanhã.

Sabemos que a sociedade é composta pelo capital humano e o seu relacionamento capital social. Em nível geral, considera-se um país socialmente desenvolvido, quando a sua população é detentora de um bom nível de qualidade de vida e justiça social.

Numa visão pragmática, o desenvolvimento social ocorre a partir do estabelecimento de políticas que facilitam a interação de todos os setores mantenedores de um país, ou seja, só ocorre quando os setores de uma determinada sociedade são beneficiados e respeitados.

Os índices de desenvolvimento social são medidos e comparados entre as nações. A avaliação dos índices de desenvolvimento social parte do estudo sobre a proporção de pessoas que possuem suas necessidades essenciais satisfeitas, como alimentação, trabalho, escola, hospital, habitação, saneamento básico, coleta de lixo e acesso à energia elétrica. No século XXI, alguns estudiosos pretendem inserir o acesso à informação como uma necessidade também essencial.

Em torno do desenvolvimento social, a humanidade se vê perante grandes desafios referentes à economia, às questões ambientais, demográficas, epidemiológica e ética. Desafios presentes em todo o sistema social e suas instituições.

Segundo a ONU se o conceito de desenvolvimento for aplicado a uma comunidade humana, nesse caso, está-se perante uma situação de progresso em termos económicos, sociais, culturais ou políticos.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) é o órgão da ONU ao qual compete, entre outras tarefas, elaborar a medida conhecida como Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

A caracterização da qualidade de vida do município apoiou-se no uso de indicadores reconhecidos e amplamente utilizados, como é o caso do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH),

### **2.3.1 - Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)**

O IDH é uma medida comparativa usada para classificar os países pelo seu grau de "desenvolvimento humano" e para ajudar a classificar os países como desenvolvidos (desenvolvimento humano muito alto), em desenvolvimento (desenvolvimento humano médio e alto) e subdesenvolvidos (desenvolvimento humano baixo). A estatística é composta a partir de dados de expectativa de vida ao nascer, educação e PIB (PPC) per capita (como um indicador do padrão de vida) recolhidos a nível nacional. Cada ano, os países membros da ONU são classificados de acordo com essas medidas. O IDH também é usado por organizações locais ou empresas para medir o desenvolvimento de entidades subnacionais como estados, cidades, aldeias, etc. O índice foi desenvolvido em 1990 pelos economistas Amartya Sen e Mahbub ul Haq, e vem sendo usado desde 1993 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no seu relatório anual.

O IDH mede a qualidade de vida de um determinado lugar. O índice varia de zero até 1, sendo considerado: baixo, entre 0 e 0,499; médio, de 0,500 a 0,799; e elevado, quando maior ou igual a 0,800.

Este indicador social estatístico é composto a partir de três parâmetros: uma vida longa e saudável (esperança de vida à nascença), a educação (medida segundo a taxa de alfabetização de adultos e a taxa bruta combinada de alunos matriculados no ensino primário, secundário e superior) e um nível de vida digno (calculado pelo Produto Interno Bruto por habitante, em dólares).

O Brasil segundo o PNUD , ocupa a 85ª posição de IDH no mundo, considerado como desenvolvimento humano alto, com 0,730, em 2011, com um crescimento de 0,007 no ano, isso caracteriza o país como sendo em desenvolvimento. De certa forma esses dados são contrastantes com a situação econômica brasileira que obtém o 6º lugar no mundo.

## **2.4 Desenvolvimento e Economia Regional**

A Economia Regional compreende o estudo da diferenciação espacial, das inter-relações entre as áreas dentro de um sistema nacional de regiões, enfrentando um universo de recursos escassos, desigualmente distribuídos no espaço e imperfeitamente móveis (cfe. Dubey, 1977).

Para entendermos melhor é necessário identificar o que é uma região. Para alguns autores, não existe uma definição de região segundo o tamanho, supõem-se que a região seja um subsistema do sistema nacional.

A definição etimológica significa governar, pois a palavra região vem do latim *regere*. Do ponto de vista geográfico, a região é uma entidade natural e humana elementar, do ponto de vista sociológico, é um conjunto de traços culturais semelhantes, do ponto de vista econômico há várias definições de região, sendo a divisão territorial a mais conhecida:

- a) região homogênea;
- b) região polarizada ou nodal;
- c) região de planejamento.

Na concepção de região homogênea, as unidades espaciais são reunidas quando mostram características tão uniformes quanto possíveis. As características de homogeneidade podem ser estruturas de produção e de consumo semelhantes, uniformidade da renda per capita, espécie de recursos naturais existentes, tipo predominante de agricultura, topografia, clima e traços culturais semelhantes.

Na concepção de região polarizada, por suas características de heterogeneidade, a ênfase é colocada na dependência ou interdependência dos diferentes componentes dentro da região. Os modelos gravitacionais consideram a variável distância como inibidora dos fluxos de transação. O conceito nodal acentua igualmente o fator distância, o papel de pontos nodais menores dentro da região e que gravitam em torno do centro de um centro predominante. Os centros nodais menores são interdependentes. Com o auxílio dos modelos gravitacionais, pode-se medir o grau dessa interdependência dos fluxos de pessoas, bens e serviços e comunicações.

A terceira concepção de região, região de planejamento, como uma área administrativa e política, constitui uma unidade no sentido dos instrumentos políticos e tributários. A vantagem desse método deriva da disponibilidade de dados que se poderá contar; a desvantagem consiste na possível incompatibilidade entre os limites administrativos e os limites econômicos. O conceito de região como uma unidade natural, capaz de ser definida com precisão no espaço, tende a ser abandonado. O conceito de região tem sido tomado pela noção mais neutra de espaço.

A região de planejamento é definida em termos de coerência e unidade do processo decisório.

A sua fronteira é delimitada em função dos problemas a enfrentar ou pelas fronteiras administrativas. Uma região pode ser também definida quanto ao tamanho, em função das necessidades do planejamento.

A Economia Regional compreende a introdução do elemento espaço na análise econômica, o estudo de problemas localizados e que envolvem separação espacial, tais como a estrutura dos parques industriais locais e regionais, os meios de comunicação entre dois ou mais centros urbanos, o problema do emprego rural e urbano, as finanças municipais e regionais, o aproveitamento racional dos recursos naturais locais, os impactos de investimentos em determinadas indústrias sobre o emprego, as demais atividades industriais, comerciais, de serviços e agrícolas.

Segundo Walter Isard, a Economia Regional depara-se com cinco problemas principais:

- a) identificar as indústrias a implantar com prioridade em cada região, para maximizar o crescimento regional e assegurar rentabilidade satisfatória para o empreendimento;
- b) aumentar a renda *per capita* e os níveis de emprego regionais;
- c) proporcionar a integração interna do parque industrial regional, bem como sua diversificação;
- d) proporcionar o planejamento nacional com base na agregação dos planejamentos regionais, de sorte a obter-se a alocação racional dos recursos escassos;
- e) ocupar mais racionalmente o espaço nacional, repartindo da melhor forma possível os homens e as atividades econômicas.

Os defensores da Ciência Regional, como Perloff (1960), negam a possibilidade de isolar-se a Economia Regional do contexto interdisciplinar da análise espacial. Outros julgam que a economia estuda apenas aspectos da atividade humana, podendo ser isolada da Ciência Regional. Pode-se, inclusive distinguir-se um grupo de problemas que forma o campo de atuação da Economia Regional, mas eles não serão os únicos que a Economia aborda.

Por exemplo, a Economia Regional não é simplesmente uma disciplina que trata exclusivamente dos problemas locais ou da imobilidade dos fatores. Ela trata igualmente da distribuição desigual dos recursos, de sua mobilidade, mesmo havendo mobilidade perfeita dos recursos haverá sempre Economia Regional, pois persistirão os problemas das desigualdades regionais e da má alocação dos recursos, desigualdade na repartição dos recursos naturais e humanos.

A divisão do espaço geográfico em estados, municípios, cidades, regiões, mesorregiões, microrregiões, lugares centrais, pólo e periferia, espaço econômico, metrópoles, dentre outros, são fundamentais para o desenvolvimento de políticas públicas de desenvolvimento econômico, pois possibilitam o estudo e o direcionamento de ações em escalas diferenciadas e sob diversos aspectos, econômico, político, administrativo, social.

Neste contexto, para Ferrera de Lima (2003), a noção de espaço tem um lugar importante na economia moderna. Ele é um elemento ativo na dinâmica do sistema produtivo, tem sua origem na atividade humana e constitui-se de relações econômicas, tais como: produção, consumo, tributação, investimento, exportação, importação e migração. Por outro lado, Perroux (1977, 1982) define espaço econômico como espaço polarizado, um campo de forças ou de relações funcionais.

Ferrera de Lima (2003) chama a atenção que se deve distinguir dois tipos de pólos: Crescimento e desenvolvimento. O pólo de crescimento é ativo, pois produz a expansão industrial, mantendo o ritmo crescente das atividades, em contraste ao pólo de desenvolvimento, que apenas produziria a expansão da indústria mediante condições especiais. Dessa forma, os pólos exercem um efeito de dominação sobre os outros espaços. Essa dominação se dá através da ação de uma unidade motriz. A unidade motriz pode ser uma unidade simples ou complexa, composta por empresas ou indústrias, ou uma combinação delas, que exerce um efeito de atração sobre as demais unidades a ela relacionadas.

O pólo de crescimento é sempre um ponto ou uma área que influencia uma determinada região. Para que esta influência realmente seja exercida, o pólo precisa de canais que estabeleçam sua ligação com toda a região por ele influenciada.

Sendo assim um dos maiores impactos é observado no desenvolvimento social de uma região, acontecendo à teoria neoclássica da produção onde diz que a mão-de-obra migrará das regiões de baixos salários para as regiões de altos salários até que a diferença seja eliminada. Mas a migração pode acelerar o crescimento da região de destino e reduzir o da região de origem, aumentando a desigualdade. Se os emigrantes estão desempregados, isso terá resultado desprezível sobre os níveis de salários e sobre a economia da região de origem, caso da região em estudo.

### **3. ASPECTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DOS MUNICÍPIOS**

Nesta seção é apresentada uma visão geral de Caçador sob o ponto de vista de seu desempenho econômico nos últimos anos. Deste modo, foram estudados aspectos como produto interno bruto, balança comercial, valor adicionado fiscal, volume de empresas e empregos, renda da população, finanças públicas e movimentações realizadas pelo setor primário. Neste capítulo também são apresentados levantamentos de setores tradicionais, emergentes e com tendências de crescimento e participação na movimentação econômica municipal.

Os municípios que compõem a 10ª Secretaria de Desenvolvimento Regional de Caçador estão localizados no território onde aconteceu a Guerra do Contestado, situados no Meio Oeste de Santa Catarina. Episódio esse que ditou a partir daí toda uma transformação cultural nos remanescentes e no seu desenvolvimento sócio econômico, e segundo alguma historiadora afeta até hoje o modelo de desenvolvimento na região.

Desta forma o estudo imerge na situação de cada município identificando sua estrutura atual econômica e social para oferecer subsídio a tomadas de decisões de projetos e ações que venham a melhorar a qualidade de vida da população.

O estudo se aprofundou nos aspectos econômicos dos municípios bem como nos aspectos sociais tendo como referência o IDH - Índice de Desenvolvimento Humano de cada município, bem como o PIB – Produto Interno Bruto.

#### **3.1 - MUNICÍPIO DE CAÇADOR**

Caçador é um município brasileiro do estado de Santa Catarina. Localizada na Foz do rio Caçador com o rio do Peixe, a uma altitude média de

1000 metros, possui uma área de 984,285km<sup>2</sup>. Sua população é estimada em 71.333 habitantes, o que faz da cidade a 15a. mais populosa de Santa Catarina. Caçador detém o título de capital industrial do meio-oeste catarinense e é o maior produtor de tomates por hectare do Brasil.

Em janeiro de 1914, durante a campanha do Contestado, o exército brasileiro construiu, junto à estação ferroviária homônima, o Campo de Aviação de Rio Caçador, talvez o primeiro que se tem registro em Santa Catarina. Este serviria de apoio aos voos de reconhecimento sobre as posições dos revoltosos e na regulação do tiro da Artilharia. Os aviadores eram Ricardo Kirk, 1º Tenente e comandante da operação, que morreu em um acidente aéreo na região, e Ernesto Darioli, aviador civil. O episódio marca o uso de aviação em combate nas Américas.

Com o acordo de limites entre Santa Catarina e o Paraná em 1917, teve início um período de paz e a população pode reiniciar suas atividades. Em 1918, foi instalada a primeira agência postal, onde já existia um posto de rendas estaduais. Somente em 9 de janeiro de 1923 é que Rio Caçador foi elevado a distrito, ainda subordinado ao município de Campos Novos. As terras à direita do rio do Peixe, pertencentes ao município de Porto União, foram elevadas em 1928 a distrito, com o nome de Santelmo. Neste mesmo ano, ao 1º de outubro, o casal Dante e Albina Mosconi, preocupados com a inexistência de centros de ensino à população na região, fundou o Ginásio Municipal Aurora e o Instituto Comercial Catarinense. Em 1929 foi aberta a estrada Caçador Curitiba, impulsionando ainda mais o desenvolvimento da região, com a chegada de mais imigrantes e a instalação de novas serrarias.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1932, Rio Caçador passou a figurar como distrito do município de Curitiba. Em consequência do crescimento da população e de sua pujança econômica, Rio Caçador foi elevado a município em 22 de fevereiro de 1934, com território desmembrado de Campos Novos, Cruzeiro, Curitiba e Porto União.

A instalação do município deu-se, com a posse do primeiro prefeito, Leônidas Coelho de Souza, em 25 de março de 1934. Ainda no mesmo ano, em 25 de maio, foram criados os distritos de Caçador (sede municipal), São Luis, Taquara Verde, Rio Prêto e Rio das Antas. A comarca de Caçador foi criada pelo decreto estadual 698, de 5 de novembro de 1934 e instalada em 26 de janeiro de 1935, sendo o seu primeiro Juiz de Direito o Dr. Osmundo Wanderley da Nóbrega.

Caçador é um referencial da Guerra do Contestado. Nasceu após a Guerra, impulsionada pela construção da estrada-de-ferro que liga São Paulo ao Rio Grande do Sul e pela chegada dos imigrantes italianos. Mais tarde também vieram japoneses, árabes, alemães e poloneses. Hoje é a maior cidade do meio oeste catarinense e um importante polo cultural, econômico e político. Desenvolveu sua economia com base na extração e industrialização da madeira, bem como no reflorestamento.

Atualmente Caçador é o maior município do meio oeste catarinense com uma população de 71.886 mil habitantes e 50.219 eleitores segundo o IBGE/ ano 2012.

Segundo dados do IBGE e da Secretaria de Estado do Planejamento de Santa Catarina, em 2006 o PIB catarinense atingiu o montante de R\$ 93,2 bilhões, assegurando ao Estado a manutenção da 7ª posição relativa no ranking nacional. No mesmo ano, Caçador aparece na 17ª posição do ranking estadual, respondendo por 1,20% da composição do PIB catarinense.

No comparativo da evolução deste indicador ao longo do período 2002-2006, o município apresentou um crescimento acumulado de 72,9%, contra um aumento estadual de 67,2%.

No desenvolvimento econômico possui um PIB: R\$ 1.531.572.877,00 (fonte: IBGE / 2012), Coeficiente FPM: 2,6 (fonte: STN / 2013), e um Índice ICMS: 0,8732808000 (fonte: SEF - SC / 2013).

A renda per capita do município é de R\$ 18.499,59, sendo a maior da região.

Na avaliação dos setores produtivos de Caçador a agropecuária contribuiu com 10,4%, a indústria com 44,5% e os serviços<sup>1</sup> com 45,1% do PIB municipal. O gráfico 14 apresenta a composição do Valor Adicionado Bruto de 2006, integrando a administração pública e impostos.

Caçador, em 2006, possuía um PIB per capita da ordem de R\$ 15.395,81, colocando o município na 57ª posição do ranking estadual. No período de 2002 a 2006, o PIB per capita do município acumulou um crescimento de 59,8% contra 56,9% da média catarinense

A Agricultura do município tem se fortalecido com a introdução de novos cultivares ou reedição de antigos, como é o caso da uva que voltou a figurar na economia do município com três agroindústrias.

Outra área pujante identificada é a manipulação de alimentos a base de carnes com abatedouros, indústria de embutidos e derivados, queijos, compotas e outros.

A agricultura emerge como nova opção de geração de divisas, com destaque para os hortifrutigranjeiros. Caçador já foi considerado o maior produtor de tomates do sul do Brasil.

Considerando a safra 2007 de produtos da lavoura permanente, uva e pêsego foram os produtos de maior representatividade econômica para o município. Estas duas culturas responderam, respectivamente, por 8,72% e 7,55% da produção estadual.

A economia de Caçador desenvolveu-se através da extração e industrialização da madeira, num primeiro momento retirado das florestas centenárias de araucária e imbuia da região e, posteriormente, quando da

exaustão destas, de reflorestamentos com *pinus elliottii*, que permeia até a atualidade.

A madeira deteve por muitos anos o setor com maior representação econômica de Caçador, há alguns anos outros setores juntos representam mais da metade do PIB do municípios. Ainda na indústria os destaques para os setores metal mecânico e de plástico que cresce vultosamente no cenário de Caçador.

Antes da análise dos dados municipais, compete destacar as diferenças de metodologia para o cômputo das exportações por Unidade de Federação e Município. Segundo definição da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), para a Unidade da Federação, o critério para as exportações leva em conta o estado produtor da mercadoria, independentemente de onde está localizada a empresa exportadora. Já no critério para as exportações por municípios leva-se em conta o domicílio fiscal da empresa exportadora, ou seja, os produtos contabilizados são de empresas com sede no município, independentemente de onde a mercadoria foi produzida.

Conforme demonstra a Tabela 25, em 2008, a balança comercial de Caçador apresentou um saldo positivo de US\$ 115.859.969. No período de 2004 a 2008, suas exportações apresentaram um decréscimo de 3,6% e as importações um crescimento de 73%.

São 22 empresas de exportação a grande maioria produtos derivados de madeira.

O setor de serviços foi o que mais cresceu em Caçador em suas diversas áreas, e com um incremento no Empreendedor Individual, com destaque para a construção civil como maior empregador nesta área.

Caçador devido a sua geográfica de localização bem como seu crescimento em setores como Comércio, se tornou um polo regional de compras, com a presença de grandes redes de varejo, podendo identificar

aproximadamente 20 estabelecimento de moveis inúmeras de confecções e calçados.

Outro dado importante que mostra uma evolução nas características empreendedoras são os Empreendedores Individuais, segundo o SEBRAE – SC, em Caçador possui 958 EI formalizados em diversos setores de comercio, serviços, indústria e agricultura.

Demonstrando assim a importância de uma ação governamental na formalização de setores que existiam, mas não faziam parte formal da economia e da vida dos municípios.

Atividades econômicas de maior expressão no período 2005-2007, segundo dados do Governo do Estado de Santa Catarina em Caçador:

Fabricação de embalagens de papel, cartolina, papel cartão e papelão ondulado, desdobramento de madeira, fabricação de móveis, fabricação de papel, cartolina e papel cartão, geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, fabricação de produtos de madeira, cortiça e material trançado, exceto móveis, fabricação de equipamentos para distribuição e controle de energia elétrica, transporte rodoviário de carga, fabricação de produtos de material plástico, comércio varejista de combustíveis para veículos automotores, fabricação de máquinas e equipamentos de uso geral, telecomunicações por fio, comércio varejista de produtos novos não especificados anteriormente e de produtos usados, produção florestal florestas plantadas, comércio varejista não especializado, abate e fabricação de produtos de carne, comércio de veículos automotores, pecuária.

Comércio varejista de equipamentos de informática e comunicação equipamentos e artigos;

O grande destaque ficou por conta da Fabricação de máquinas e equipamentos de uso industrial específico, com um crescimento de 1.209% no período.

Em Caçador, tomando-se como referência dezembro de 2008, havia 4.100 empresas formais, as quais geraram 20.455 postos de trabalho com carteira assinada. No período de 2004 a 2008, a taxa média de criação de empresas no município foi de 3,6% e a de empregos, 0,01% ao ano.

Caçador ocupa a 155ª posição no ranking de IDH em Santa Catarina, com 0,793, dentre os 289 municípios catarinenses, segundo o PNUD 2000, pela classificação em qualidade de vida é considerado médio.

Segundo dado do Governo do Estado Caçador é a 17ª economia entre os municípios catarinenses contrastando com a posição que ocupa no IDH.

Ministério da Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), Departamento de Planejamento e Desenvolvimento do Comércio Exterior (DEPLA), Balança Comercial Brasileira por Municípios.

### **3.2 – Município de Calmon**

Calmon é um município brasileiro do Estado de Santa Catarina. A comunidade de São Roque teve seu nome mudado para Calmon, quando a estação ferroviária foi inaugurada em 1909, pelo próprio Miguel Calmon Dunn Pin e Almeida, ministro da Viação e Obras Públicas. Que estava na comitiva presidencial que inaugurou o trecho até Taquaral Liso da EFSPRG. A vila de Calmon cresceu próxima à linha de trem, e em função da existência da segunda maior serraria da América do Sul, Teve importante participação na saga da ferrovia. Pois a mata de araucária tinha faltado matéria-prima para o sustento do trecho ferroviário. Foi, no início do século XX, o CCO da EFSPRG, dali partiam ordens para a construção da estrada que ligava União da Vitória a Marcelino Ramos. É parte integrante da história do Contestado, em 5 de

setembro de 1914, durante a Guerra do Contestado, os sertanejos após incendiarem a estação, destruíram a serraria da Lumber Colonization.

O município de Calmon possui uma área territorial de 639,528 km<sup>2</sup>, e uma população de 3.381 habitantes, Censo IBGE/2010.

A população apresenta um IDH de 0,700, PNUD/2000, considerado médio e figura na posição 285, dentre os 289 municípios catarinenses.

O Produto Interno Bruto (PIB) do município é de R\$ 38 422,980 mil IBGE/2008, com uma renda per capita de R\$ 9.639,65 IBGE 2009.

A economia do município está fundamentada na agricultura e nas fazendas de reflorestamentos de pinus de empresas situadas no município de Caçador.

Na agricultura destaques para as produções de batata, tomate e outros hortifrutigranjeiros, porém sem nenhuma agroindústria de transformação e agregação de valores.

Os setores de serviços, comércio e indústria possuem pouca contribuição na economia do município.

No município existem 53 formalizados Empreendedores Individuais divididos em vários setores de atuação.

### **3.3 - MUNICÍPIO DE MACIEIRA**

Macieira é um município brasileiro do estado de Santa Catarina. Localiza-se a uma latitude 26°51'20" sul e a uma longitude 51°22'41" oeste, estando a uma altitude de 880 metros.

Sua população estimada em 2011 pelo IBGE era de 1.826 habitantes. Possui uma área de 260,072 km². Sua densidade populacional é de 7 hab/km².

O município foi fundado no dia 30 de março de 1992, sendo antes distrito do município de Caçador.

Possui belas cachoeiras no interior. O principal acesso é pela SC-455 que liga Macieira a Caçador. A festa do município é anualmente o maior atrativo de visitantes. A praça iluminada e a quadra de areia são os lugares mais frequentados pelos jovens.

O município possui um IDH médio de 0,772 *PNUD/2000*, com um PIB de R\$ 22 925,633 mil *IBGE/2008*, configurando-se em um PIB per capita de R\$ 12.743,54. Com esse IDH Macieira é o número 208 dentre os 289 municípios catarinenses.

Nos aspectos econômicos Macieira tem na agricultura o principal pilar de sua economia. O destaque é a produção de milho, com safra anual de aproximadamente 5.500 toneladas. Em segundo lugar vem o tomate, com produção de 5.000 toneladas. Somasse ainda a criação de suínos, bovinos, aves, a produção de fumo, trigo, cebola, feijão, pimentão e gado leiteiro, com produção de 1.000.000 de litros de leite anual.

O cultivo de pêssego, uva e ameixa começa a despontar como boa alternativa de investimento.

Outros aspectos importantes são as três agroindústrias, um abatedouro e duas indústrias de embutidos.

As indústrias do município estão resumidas a duas serrarias e madeireiras e uma madeireira e carvoeira.

O comércio e a prestação de serviços possuem poucas empresas atuando, bem como estão formalizados 12 Empreendedores Individuais.

### **3.4 – MUNICÍPIO DE MATOS COSTA**

Matos Costa é um município brasileiro do estado de Santa Catarina. Localiza-se a uma latitude 26°28'23" sul e a uma longitude 51°08'54" oeste, estando a uma altitude de 1.220 metros.

Sua população estimada em 2011 era de 2.811 habitantes. Possui uma área de 371,81 km².

Nasceu com o nome de São João dos Pobres, cresceu a partir de 1910 com a chegada da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande, cuja Estação local, São João, foi destruída por incêndio durante a Guerra do Contestado. o nome atual (dado à estação em 1938) é uma referência ao capitão João Teixeira de Matos Costa, trucidado na repressão aos rebeldes que abraçaram a causa do Contestado.

Por volta de 1875, nas margens do rio Iguaçu havia o primeiro porto de navegação da região, cujo nome era Porto Amazonas. Nesta localidade havia um senhor de nome José Cordeiro, que tinha espírito de aventureiro, o qual iniciou viagem pelo caudaloso Rio Iguaçu. Partiu levando apenas uma família e um índio, este para auxiliá-lo no contato com os selvícolas da região, que era habitada pela tribo "choclein". José Cordeiro navegou até Porto União, cujo nome foi dado por bandeirantes aventureiros que por ali haviam passado.

Deixando o leito do Rio, adentrou nos sertões em direção sul e, depois de dois dias de árdua caminhada nas matas, defrontou-se com terras de campos, que denominou de Faxinal de São João, mais tarde chamado de São João dos Pobres.

Após alguns meses de viagem José Cordeiro chegava de retorno à Porto Amazonas, com a notícia de toda aventura. Reunindo-se com os amigos, anos depois partiram em direção à este e lá chegando logo requereram posse de grandes áreas de terras do Governo Federal. Em seguida chegou as famílias dos Senhores Ozório Absalão Carneiro e Manoel Lourenço de Araújo, os quais adquiriram grandes partes das terras, fundando as fazendas Fachinal de São João e Fazenda Campo Alto.

Aos quatro dias do mês de abril de 1908, inaugurava-se a Estrada de Ferro R.V.P.S.C. que deu grande impulso para o progresso de toda a região ligando o povoado de São João ao norte com a vila de Porto União e ao sul com a vila de Caçador.

Em 09 de maio de 1910, instalou-se o Distrito de São João, Comarca de União de Vitória, Estado do Paraná, esta região era na época contestada à linha divisória entre os Estados do Paraná e Santa Catarina e como Santa Catarina foi vitoriosa a vila de São João mais tarde passou a chamar-se São João dos Pobres, distrito de Porto União.

Em 1912 iniciou-se o movimento dos fanáticos, os quais atacaram sem piedade a Vila São João dos Pobres e no ano de 1914 ocorreu a morte do Capitão João Teixeira de Matos Costa, numa tocaia planejada pelos fanáticos.

Em 15 de Setembro de 1917, através da Resolução nº 37 a vila de São João dos Pobres passou a Distrito e, com a construção da nova Estação Ferroviária em homenagem ao Capitão morto pelos fanáticos, São João dos Pobres passou a denominar-se Matos Costa.

A 23 de Abril de 1962, pela Lei Estadual Nº 819, foi criado o Município de Matos Costa e a 22 de Julho foi o mesmo instalado oficialmente, a 08 de Junho de 1962 o Governador do Estado Celso Ramos, nomeou o Prefeito Provisório do Município Antônio Maciel de Araújo e em 01 de Fevereiro de 1963, foi empossado o primeiro Prefeito Eleito do Município Sebastião Carneiro.

O município de Matos Costa possui um IDH médio de 0,746 PNUD/2000, figurando na posição número 256 dentro os 289 municípios catarinenses.

O movimento econômico do município registra um PIB de R\$ 22 214,078 mil IBGE/2008, com uma renda per capita de R\$ 7.759,02.

A economia do município tem base na agricultura com destaques para reflorestamentos de pinus e eucalipto, suinocultura e apicultura.

As atividades de comércio, indústria e serviços resumem-se a poucos estabelecimentos nas áreas alimentícias e de confecções. O município registra ainda 31 empreendedores individuais.

### **3.5 – MUNICÍPIO DE LEBON REGIS**

Por volta de 1895 chegavam aos campos e matas do Município os primeiros moradores vindos de várias comunidades Catarinenses e Paranaenses. Entre os pioneiros ou primeiros habitantes da terra destacavam – se Francisco de Souza, Nicolau Spautz, Miguel Spautz, Joaquim Pereira, Artur Barth e Alfredo de Almeida Mello.

A história do Município de Lebon Régis está ligada às primeiras fazendas localizadas na Serra da Esperança, introduzidas pelos desbravadores Paulistas, após a conquista dos campos de Curitiba, do Corisco e de São João. Já no século passado, as sesmarias possibilitaram a formação de alguns núcleos por causa do isolamento da região, foram pouco desenvolvidos. Durante a guerra do Contestado, Lebon Régis foi palco de diversas batalhas entre jagunços e soldados, tendo em um desses conflitos, o maior número de baixas em um combate durante toda a guerra, na localidade de Santa Maria, interior do município.

Em 1903, na parte norte foi criado o Distrito de São Sebastião da Boa Vista. Em 1938, o distrito foi elevado a vila com o nome de Caraguatá e em 1950, passou a ser chamado de São Sebastião do Sul. Ao mesmo tempo, na parte sul, na região conhecida pelos antigos como Trombudo, formou-se outro núcleo que levou os nomes de Salto do Rio dos Patos, Fazenda do Salto e de depois como Santo Antônio do Trombudo. Foi um núcleo mais fácil de progredir pois era um local de passagem de tropeiros que faziam os caminhos Curitibanos – Caçador.

O arraial de Santo Antônio do Trombudo tornou-se distrito em 1934. Em julho do mesmo ano passou-se a chamar de Lebon Régis. Em 1938, o distrito de Lebon Régis passou a categoria de vila. Esta vila foi desenvolvendo-se e a população aumentou, chamando a atenção do Governo, que em 19 de dezembro de 1958 juntou os distritos de São Sebastião do Sul e Lebon Régis, criando o Município de Lebon Régis. Em janeiro de 1959, o então Governador Irineu Bornhausen instala o Município de Lebon Régis. O nome do Município foi uma homenagem ao ilustre catarinense general Gustavo Lebon Régis, que por ocasião da Campanha do Contestado entre 1912 e 1916, era Secretário Geral do Estado de Santa Catarina e traçou o primeiro ataque a Taquaruçu, um dos maiores redutos dos jagunços.

O território que hoje forma o Município foi cenário de lutas e combates sangrentos conflitos entre os caboclos e as forças militares. Muitas foram às consequências da Campanha e as pessoas idosas ainda hoje aos seus descendentes narram, as aventuras e peripécias dos monges João Maria, José Maria e do Comandante Adeodato. Com a instalação do Município em 1959, assume provisoriamente a Prefeitura Antônio Granemann de Souza.

O Município a partir da emancipação passou por uma fase de franco progresso, abrigando indústrias madeireiras, fábricas de crina vegetal desenvolvimento agropecuário, acelerando o conforto e o bem estar social que a cidade precisava.

Atualmente o município tem sua base na agricultura com a produção de hortifrutigranjeiros em alta escala. Destacando as culturas de cebola, tomate, pimentão, feijão e outros cereais.

Nos setores de comércio e serviços registra-se uma base pequena de movimentação, basicamente o essencial para a comunidade, com algum incremento de varejo nos últimos tempos na linha de moveis.

Outro aspecto econômico positivo é a formalização de 114 empreendedores individuais no município.

Lebon Régis possui uma área de 940,656 km<sup>2</sup>, com uma população estimada pelo IBGE em 2011 em 11.850 habitantes.

Na área social os desafios se acumulam, com um IDH médio de 0,735 PNUD/2000, em nível de Estado ocupa a posição de número 272, entre os 289 municípios e apresentando um PIB de R\$ 116 855,169 mil IBGE/2008, a renda per capita da população é de R\$ 9.655,86.

### **3.6 – MUNICIPIO DE RIO DAS ANTAS**

Rio das Antas é um município brasileiro do estado de Santa Catarina. Sua população estimada em 2011 pelo IBGE era de 6 144 habitantes, em uma área de 319 km<sup>2</sup>.

A cidade de Rio das Antas fica no caminho entre Caçador e Videira, das quais é a mais antiga. A vegetação nativa é a de Araucárias ou o pinheiro do Paraná, e o relevo é serrano onde predominam os morros.

A colônia, iniciada no final do século passado, recebeu esta denominação devido à grande quantidade de antas existentes no local. A

colonização está ligada a construção da estrada de ferro São Paulo - Rio Grande do Sul.

Com a conclusão do trecho no Estado de Santa Catarina, passou-se à medição e demarcação das terras que constituíam a colônia de Rio das Antas, nas redondezas da estação ferroviária do mesmo nome, às margens do Rio do Peixe.

Em 1911 com a colonização, as terras com preços acessíveis atraíram colonos do Vale do Rio Itajaí e do Rio Grande do Sul, estrangeiros ou descendentes de italianos e alemães.

Em 1914, os jagunços atacaram a vila e, em consequência, muitos colonos abandonaram suas propriedades e a companhia colonizadora removeu-os para o estado do Paraná. Somente em 1918 houve reinício do povoamento da região. Como as terras eram ocupadas por densa e extensa floresta de pinhais, o que dificultava o trabalho agrícola, os colonos fixaram-se nas proximidades da foz do Rio do Peixe. Porém, o pinheiro tornou-se uma fonte de riquezas, atraindo para a região gaúchos que desejam explorar estes recursos naturais.

Em 1919 foi criado o município de Rio das Antas, e elevado por município por ato de 21 de junho de 1958, através da Lei número 348, mas instalado no dia 27 de julho de 1958.

Em 02 de novembro de 1914, quando os colonos cultuavam os mortos, um cavaleiro a todo galope veio avisá-los de que os jagunços estavam se aproximando. Ao avistarem os jagunços vindos pela estrada da Barra Velha, os colonos recolheram-se as trincheiras, previamente construídas e reforçadas com cercas de arame farpado. Começou então a luta que se prolongou até as 15H00 da tarde. Os jagunços não puderam tomar o entrincheiramento e perderam 20 homens, entre os quais o famoso chefe Chico Alonso. A colônia, por sua vez perdeu sete homens e uma menina.

Em virtude disso, os colonos abandonaram suas terras e a Companhia Colonizadora os levou para o Estado do Paraná. Somente em 1918 houve reinício do povoamento da região. Em 1923, a família Lippelt instalou-se em Princesa Isabel, Ipoméia. Após os contatos da família Lippelt com a Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias nos Estados Unidos, ela instalou-se na região, com a vinda de alguns líderes.

Em 1958, inicia-se a construção do prédio oficial. Desde então, até 1959 as reuniões eram realizadas nos lares e posteriormente numa capela de madeira. Sua dedicação aconteceu de forma histórica, no dia 09 de março de 1959, por um dos Doze Apóstolos: Élder Spencer W. Kimbal.

A região onde hoje está Rio das Antas foi uma das que mais sofreram com a Guerra do Contestado, entre 1912 e 1916. Os primeiros imigrantes chegaram durante a construção da estrada-de-ferro que liga o Rio Grande do Sul a São Paulo. Eram famílias italianas e alemãs, que desenvolviam a agricultura de subsistência com muito sacrifício. O conflito nas terras contestadas agravou a situação dos colonos e muitos foram mortos, enquanto outros abandonaram o lugar, temendo as conseqüências da guerra. A debandada atrasou o desenvolvimento da região. A partir de 1918, com o fim da guerra e os incentivos do governo, as terras de Rio das Antas foram repovoadas. O nome Rio das Antas vem da grande quantidade de antas que havia no local.

Rio das Antas é o município que possui melhor qualidade de vida da população na 10ª SDR de Caçador, segundo dados PNUD/2000, ocupa a posição de número 117, com IDH de 0,803 considerado elevado.

A renda per capita é de R\$ 12.208,22, com um PIB de R\$ 76.081,652 mil IBGE 2008.

O município tem na indústria e agricultura sua principal base econômica.

Na indústria vários setores possuem estabelecimentos no município e na agricultura a produção de suínos, bovinos, aves, peixes e grãos em larga escala formam uma estrutura econômica consolidada.

Nos setores de comércio e prestação de serviços o desenvolvimento ainda é desafiador e sem expressão. Na categoria de empreendedores individuais estão formalizados 58 em diversas áreas de atividades.

### **3.7 - MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE**

O povoamento de Timbó Grande teve início com a vinda das famílias Alves de Almeida, Castro e Matos.

Os primeiros habitantes do município foram os índios dos grupos Caingangues, conhecidos como coroados e os Xoklengs, conhecidos como bugres ou botocudos que eram nômades e moravam em malocas (choupanas de pau-a-pique, cobertas de palha) e se alimentavam de caça, pesca e frutos da terra. Hoje, já não existem mais índios no município.

Os primeiros imigrantes que vieram para a região foram italianos, alemães e famílias polonesas. O povo Timbógrandense é uma mistura de várias raças, inclusive a indígena.

O nome do município deve-se à existência de grande quantidade de Timbó que é um cipó que os índios utilizavam em suas pescarias. A palavra "Grande" foi acrescentada para diferenciar este município do já existente próximo a Blumenau.

Há poucos registros sobre a história de Timbó Grande. Um fato marcante aconteceu em 17 de dezembro de 1915, quando, em plena Guerra do Contestado, o lugar foi atacado por jagunços, existindo vários deles enterrados no cemitério Santa Maria.

Timbó Grande foi vila de Curitiba e depois passou a ser distrito de Santa Cecília, do qual se emancipou em 26 de abril de 1989 tendo o município sido oficialmente instalado em 1 de Janeiro de 1990.

O principal acesso é a SC-478, recentemente pavimentada, a partir da BR-116. E também, ligações com as cidades de Caçador, Bela Vista do Toldo, Calmon, Lebon Régis, Major Vieira, sendo todas estradas de chão.

Possui uma area de 596,942 km<sup>2</sup>, com uma população estimada pelo IBGE em 2011 de 7.218 habitantes.

Timbó Grande amarga à posição de menor IDH entre os 289 municípios com 0,68, mesmo assim é considerado médio.

O município apresenta um PIB de R\$ 79 393,188 mil IBGE/2008 e uma renda per capita de R\$10 958,34.

O município possui sua base economica na agricultura, especificamente na silvicultura. E grande parte do seu território e coberto por áreas de reflorestamento de pinus e eucalipto. Sendo muita dessa área das duas grandes empresas, Compensados e Laminados Lavrasul S/A e Bonet Madeiras e Papéis Ltda. Alem destas, começam a aparecer industrias de confecções no municipio o que representa uma ação positiva.

Nos setores de comércio e prestação de serviços o município apresenta pouca expressão, sendo necessário a ações direcionadas com incentivos para alavancar.

A agricultura é à base de sustentação significativa da população do município, porem sem nenhuma cultura de destaque.

Outro segmento que começa a despontar em Timbó Grande são os Empreendedores Individuais que já somam 86 divididos em todos as áreas da economia.

#### **4. METODOLOGIA**

A pesquisa foi realizada com material bibliográfico, artigos de internet, questionários com perguntas abertas e fechadas destinados aos Prefeitos, Vereadores e líderes de associações, dos municípios que compõem a 10ª SDR de Caçador – SC, com o propósito de identificar os dados que os municípios possuem, o que pensam as autoridades e líderes, e mensurar as ações e sugestões identificadas.

As informações coletadas no decorrer deste trabalho foram extraídas de fontes fidedignas e de acesso público junto a órgãos federais, estaduais e municipais. Além da coleta dos dados, houve a preocupação em realizar-se uma análise dos mesmos, fazendo um comparativo do município com outras referências, mapeando, assim, cada localidade de acordo com sua evolução e representatividade estadual.

##### **4.1. DELIMITAÇÃO DA PESQUISA**

Para alcançar os objetivos pretendidos deste trabalho além de uma pesquisa bibliográfica, também se fez necessário efetuar uma pesquisa de campo através de questionários, com perguntas abertas e fechadas destinadas aos líderes como prefeitos, vereadores, presidente de associações, e demais integrantes das forças vivas dos municípios que compõem a 10ª SDR de Caçador.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma região para se desenvolver sócio e economicamente necessita de um esforço conjunto, bem estruturado, com objetivos e metas definidas e que contemple todos os municípios envolvidos, pois um depende do outro. E caso isso não aconteça o êxodo de pessoas para os maiores centros, ou com maior possibilidade de trabalho é inevitável, como é o caso do crescimento de Caçador em população e a diminuição em alguns municípios, como Macieira, Calmon e Matos Costa.

Para buscar crescimento é preciso estar calcado em um projeto bem estruturado e que espelhe a realidade de cada município, para isso é essencial à realização de levantamentos de dados, caso contrário nenhum projeto por melhor que seja não atenderá a realidade vivida pela população destes municípios.

Os municípios que compõem a região da 10ªSDR de Caçador, não possuem um banco de dados próprio e fidedigno, por exemplo, com o número de empresas existentes em cada município, e em quais setores estão distribuídas. Neste caso como estruturar um projeto se não há dados suficientes, verbas e fontes financiadoras existem, mas é preciso fazer o trabalho de casa levantar os dados e retroalimentar eles com frequência.

Outra questão preocupante diagnosticada é o pouco número de empresas instaladas em alguns municípios, insuficientes para oferecer trabalho digno a sua população, casos de Calmon, Matos Costa, Macieira, Lebon Régis e Timbó Grande. Municípios esses que necessitam urgentemente de um programa de incentivo as empresas instaladas para crescerem e para atrair a instalação de outras.

A qualidade de vida de uma população é mensurada pelo seu IDH. Na região os municípios literalmente apresentam índices alarmantes, inclusive

o município com menor do Estado, em sequencia, Timbó Grande na posição de 289, Calmon 285, Lebon Régis 272, Matos Costa 256, Macieira 208, Caçador 155 e Rio das Antas 117.

Esses índices sugerem ações urgentes na área de emprego e renda, bem como um esforço conjunto de governos e instituições de ensino para melhora-los o mais rápido possível. Essa situação da região perpetua por muitas gerações desde a Guerra do Contestado e a redistribuição de terras.

Porem para se ter um projeto de Desenvolvimento Regional que venha de encontro as necessidades de cada município e de toda região ao mesmo tempo, é preciso primeiro que seus lideres queiram sair dessa situação, que cada um se organize, que deixem de lado as questões politicas partidárias e lutem pelos projetos comuns. E para que tudo de resultados é preciso ter uma liderança maior que congregue todos os municípios direcionando para um objetivo comum, caso contrário, vai se passar mais um século e poucas mudanças aconteceram.

Ao analisar os dados levantados podemos observar uma característica econômica presente em todos os municípios, a agricultura e uns maios e em outros, menos desenvolvidas, essa pode ser alvo de um projeto conjunto de implantações de agroindústrias, como já existe exemplos, para agregar valor aos produtos.

Para fomentar os quatro pilares da econômica da região uma sugestão alternativa é criar estruturas de apoio e auxilio materializadas em uma incubadora para cada setor: Agricultura, Indústria, Comércio e Serviços com ramificações em todos os municípios, e com uma estrutura única para amenizar os custos.

Cada município pode elaborar um programa de incentivo as empresas já instaladas e apoio as que vierem a se instalar, ações pontuais possíveis e sem investimentos somente com a vontade e o desejo de mudar como, apoio burocrático com informações para facilitar o entendimento, acompanhar os

processos junto com os interessados, discutir com os empreendedores, alternativas e soluções, enfim criar um espírito empreendedor, positivo para incentivar a busca por soluções.

Como sugere o ditado popular para uma longa caminhada é preciso dar o primeiro passo, tudo é possível basta desejo e vontade de mudar. O Contestado pode realizar outro levante agora para obter melhor qualidade de vida e desenvolvimento sócio econômico.

## 6. REFERÊNCIAS

BALDWIN, R. E. *Desenvolvimento e Crescimento Econômico*. São Paulo, PIONEIRA, 1979. P.2.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censos**. Disponível em <[http://www.ibge.gov.br/servidor\\_arquivos\\_est/](http://www.ibge.gov.br/servidor_arquivos_est/)>. Acesso em: 02 fevereiro de 2013.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Desenvolvimento Social**. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/duvidas/desenvolvimentosocial.html>>. Acesso em: 02 de janeiro de 2013.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos (1986) **Lucro, Acumulação e Crise**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

Caçador. **Origem**. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ca%C3%A7ador>. Acessado em 11 de março de 2013.

Calmon. **Origem**. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Calmon>. Acessado em 11 de março de 2013.

COWEN, M. P.; SHENTON, R. W. **Doctrines of Development**. Londres: Routledge, 1996.

Desenvolvimento social. **Origem**. Disponível em [http://pt.wikipedia.org/wiki/Desenvolvimento\\_social](http://pt.wikipedia.org/wiki/Desenvolvimento_social). Acesso em 28 de março de 2013.

Desenvolvimento social. **Origem**. Disponível em [http://pt.wikipedia.org/wiki/Desenvolvimento\\_social](http://pt.wikipedia.org/wiki/Desenvolvimento_social). Acesso em 26 de março de 2013.

Dicionário da Língua Portuguesa da Porto Editora. **Conceito de Desenvolvimento.** Disponível em <http://conceito.de/desenvolvimento#ixzz2P9eX3dY7>. Acesso 31 de março de 2013.

Dicionário Online de Português. **Desenvolvimento.** Disponível em [1] <http://www.dicio.com.br/desenvolvimento/>. Acesso em: 20 de março de 2013.

Dicionário Web. **Significado de desenvolvimento.** Disponível em [2]<http://www.dicionarioweb.com.br/desenvolvimento.html>. Acesso em: 29 de março de 2013.

DUBEY, Vinod. **Definição de Economia Regional.** In.: SCHWARTZMAN (1977, p. 21-27).

Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina. **Diagnóstico.** Disponível em <http://cepa.epagri.sc.gov.br/Publicacoes/diagnostico/CACADOR.pdf>. Acessado em 10 de março de 2013.

EUMED. **O mito do desenvolvimento econômico.** Disponível em <http://www.eumed.net/cursecon/libreria/2004/lgs-ens/29.htm>. Acessado em 30 de março de 2013.

FECAM: Federação de Municípios Catarinenses. **Caçador.** Disponível em [http://www.fecam.org.br/municipios/?cod\\_municipio=163](http://www.fecam.org.br/municipios/?cod_municipio=163). Acessado em 20 de fevereiro de 2013.

FECAM: Federação de Municípios Catarinenses. **Macieira.** Disponível em [http://www.fecam.org.br/municipios/?cod\\_municipio=173](http://www.fecam.org.br/municipios/?cod_municipio=173). Acessado em 21 de fevereiro de 2013.

FECAM: Federação de Municípios Catarinenses. **Matos Costa**. Disponível em [http://www.fecam.org.br/municipios/?cod\\_municipio=162](http://www.fecam.org.br/municipios/?cod_municipio=162). Acessado em 05 de março de 2013.

FECAM: Federação de Municípios Catarinenses. **Matos Costa**. Disponível

FECAM: Federação de Municípios Catarinenses. **Rio das Antas**. Disponível em [http://www.fecam.org.br/municipios/?cod\\_municipio=292](http://www.fecam.org.br/municipios/?cod_municipio=292). Acessado em 10 de fevereiro de 2013.

FECAM: Federação de Municípios Catarinenses. **Timbó Grande**. Disponível em [http://www.fecam.org.br/municipios/?cod\\_municipio=161](http://www.fecam.org.br/municipios/?cod_municipio=161). Acessado em 21 de fevereiro de 2013.

FECAM: Federação de Municípios Catarinenses. **Timbó Grande**. Disponível em [http://www.fecam.org.br/municipios/?cod\\_municipio=160](http://www.fecam.org.br/municipios/?cod_municipio=160). Acessado em 21 de fevereiro de 2013.

FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS. **Associações municipais**. Disponível em: <http://www.fecam.org.br/home/index.php>. Acesso em: 04 março de 2013.

**Fórum Permanente de Desenvolvimento**. Disponível em [3]<https://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:g2xEUQ5r11QJ:www.franca.sp.gov.br/ForumPermanenteDesenvolvimento/OQUEEDESENVOLVIMENTO/ApresentacaoPalestraDesenvolvimento.pps+&hl=pt>-acessado em 15 de março de 2013.

Franca São Paulo. **Fórum Permanente de Desenvolvimento**. Disponível em <http://www.franca.sp.gov.br/ForumPermanenteDesenvolvimento/OQUEEDESENVOLVIMENTO/ApresentacaoPalestraDesenvolvimento>. Acessado em 30 de março de 2013.

FRANCO. Augusto de. **Responsabilidade Social**. Disponível em [http://www.responsabilidadesocial.com/article/article\\_view.php?id=129](http://www.responsabilidadesocial.com/article/article_view.php?id=129).

Acessado em 18 de fevereiro de 2013.

HEWLETT, S.A **Dilemas do Desenvolvimento**. Rio de Janeiro, ZAHAR, 1981, p. 15.

HISTORIA DA GUERRA DO **CONTESTADO**: Disponível em: <http://nilson-contestado.blogspot.com.br/>. Acesso em 23 de fevereiro de 2013.

Info Escola. **Desenvolvimento Social**. Disponível em [http://www.issbrasil.usp.br/pdfs3/D/D\\_160.pdf](http://www.issbrasil.usp.br/pdfs3/D/D_160.pdf). Acesso em: 31 de março de 2013.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Populacional 2010**. (29 de novembro de 2010). Página visitada em 11 de dezembro de 2012.

KINDLEBERGER, C.P **International Economics Homewood**, Illinois: Richard D. Irwin, Inc., 1968, p. 82.

Macieira (Santa Catarina). **Origem**. Disponível em [http://pt.wikipedia.org/wiki/Macieira\\_\(Santa\\_Catarina\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Macieira_(Santa_Catarina)). Acessado em 10 de março de 2013.

Matos Costa. **Historia**. Disponível em [http://pt.wikipedia.org/wiki/Matos\\_Costa](http://pt.wikipedia.org/wiki/Matos_Costa). Acessado em 10 de março de 2013.

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PIB dos Municípios**. Disponível em <[http://www.ibge.gov.br/servidor\\_arquivos\\_est/](http://www.ibge.gov.br/servidor_arquivos_est/)>. Acesso em: 02 fevereiro de 2013.

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PIB dos Municípios**. Disponível em <[http://www.ibge.gov.br/servidor\\_arquivos\\_est/](http://www.ibge.gov.br/servidor_arquivos_est/)>. Acesso em: 02 set. 2009.

**Município de Lebon Régis. Historia.** Disponível em [http://pt.wikipedia.org/wiki/Lebon\\_R%C3%A9gis](http://pt.wikipedia.org/wiki/Lebon_R%C3%A9gis). Acessado em 10 de março de 2013

Nalij Souza. **Economia Regional.** Disponível em [http://www.nalijSouza.web.br.com/teoria\\_econ\\_reg.pdf](http://www.nalijSouza.web.br.com/teoria_econ_reg.pdf). Acessado em 31 de março de 2013.

PERLOFF, Harvey et al. **Regions, resources, and economic growth.** Baltimore: The Johns Hopkins Press, 1960.

PERROUX, F. O Conceito de Pólo de Crescimento. In: SCHWARTZMAN, J (Org). **Economia Regional:** textos escolhidos. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977. p. 145-156.

Prefeitura Municipal de Calmon. **Calmon e sua historia.** Disponível em <http://www.calmon.sc.gov.br/conteudo/?item=27554&fa=2186&cd=25923#>. Acessado em 10 de março de 2013.

Prefeitura Municipal de Macieira. **Economia.** Disponível em <http://www.macieira.sc.gov.br/conteudo/?item=18419&fa=11040&cd=8074>. Acessado em 12 de março de 2013.

Prefeitura Municipal de Matos Costa. **Conteúdo.** Disponível em <http://www.matoscosta.sc.gov.br/conteudo/?item=11288&fa=6145>. Acessado em 10 de março de 2013.

Prefeitura Municipal de Matos Costa. **Conteúdo.** Disponível em <http://www.matoscosta.sc.gov.br/conteudo/?item=12102&fa=6149>. Acessado em 10 de março de 2013.

**Prefeitura Municipal de Rio das Antas:** disponível em <http://www.riodasantas.sc.gov.br/conteudo/?item=11793&fa=8032&PHPSESSID=47828bc9bd0005e52c42b797665f758c>. Acessado em 15 de março de 2013.

Prefeitura Municipal de Timbó Grande. **Dados.** Disponível em <http://www.timbogrande.sc.gov.br/home/>?. Acessado em 23 de fevereiro de 2013.

**Produto Interno Bruto dos Municípios 2004-2008.** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Página visitada em 11 dez. 2012.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – BRASIL. **Atlas do desenvolvimento Humano no Brasil.** Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas/>>. Acesso em: 12 março de 2013.

**Ranking decrescente do IDH-M dos municípios do Brasil.** *Atlas do Desenvolvimento Humano.* Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (2000). Página visitada em 11 de outubro de 2012.

SANTA CATARINA EM NÚMEROS SEBRAE – **Caçador.** Disponível em: [www.sebrae-sc.com.br/scemnumero/arquivo/Cacador.pdf](http://www.sebrae-sc.com.br/scemnumero/arquivo/Cacador.pdf). Acesso em 27 de Dezembro de 2012.

SANTA CATARINA. **Secretaria de Estado da Fazenda.** Disponível em <<http://www.sef.sc.gov.br/>>. Acesso em: 26 de março de 2013.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado do Planejamento. **Dados estatísticos municipais.** Disponível em <[http://www.spg.sc.gov.br/dados\\_munic.php](http://www.spg.sc.gov.br/dados_munic.php)>. Acesso em: 28 de março de 2013.

SANTOS, Milton. **Economia Espacial:** críticas e alternativas. 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003. (Coleção Milton Santos; 3).

SCHUMPETER, Joseph A. (1911 [1961]) **The Theory of Economic Development**. Oxford: Oxford University Press, 1961. Primeira edição alemã, 1911.

SEBRAE SC, **Empreendedor Individual**. Disponível em <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/>. Acesso em 25 de março de 2013.

Timbó Grande. **Origem**. Disponível em [http://pt.wikipedia.org/wiki/Timb%C3%B3\\_Grande](http://pt.wikipedia.org/wiki/Timb%C3%B3_Grande). Acessado em 24 de fevereiro de 2013.

Yahoo respostas. **O que é Desenvolvimento**. Disponível em <http://br.answers.yahoo.com/question/index?qid=20071105031841AAvdLS3>. Acesso em 29 de março de 2013.